

China 3.0

Previsões sobre o futuro da economia chinesa estão sendo reavaliadas

Por Carlos A. Primo Braga

Valor, 26/12/2022

Escrevi alguns artigos no passado sobre a importância da China para a evolução da economia global (China, um novo capítulo, **Valor**, 10/08/2021; O “enigma” chinês, **Valor**, 27/09/2016). A mensagem básica era de que a “Chimerica”, qual seja a relação simbiótica entre as economias dos EUA e da China era um capítulo encerrado. A China, porém, estava destinada - pelo menos em termos de retórica - a assumir a posição de defensora do sistema multilateral de comércio e da importância da Organização Mundial de Comércio (OMC) para a contenção de tendências protecionistas.

Ao mesmo tempo, o governo chinês vem esposando a crença de que o crescimento econômico do país continuaria a superar o crescimento das economias do G7. Seria apenas uma questão de tempo para que o PIB chinês ultrapassasse o dos EUA. É bem verdade que estimativas de crescimento em longo prazo não têm um histórico que inspire confiança. Paul Samuelson, Prêmio Nobel de Economia (1970), previu que o PIB da União Soviética ultrapassaria o dos EUA por volta de 1984 ou, em um cenário menos otimista, por volta de 1997, na sétima edição (1961) do seu famoso livro texto. Um equívoco que ilustra a fragilidade dessas previsões.

A China reclamou na OMC contra os controles de exportações impostos pelos EUA, que argumentaram que é questão de segurança nacional. Essa disputa tem implicações significativas não apenas para a relação bilateral, mas também para a relevância futura da OMC

Previsões sobre o futuro da economia chinesa estão sendo reavaliadas. Goldman Sachs, por exemplo, havia previsto em 2011 que o PIB chinês ultrapassaria o dos EUA por volta de 2025. Em seu relatório mais recente sobre a evolução da economia global (The Path to 2075), a previsão foi alterada para 2035. Essa reavaliação reflete a expectativa de uma queda na taxa de crescimento para cerca de 4,2% a.a. no período 2020-29 e 2,5% a.a. no período 2030-39, em contraste com 7,7% a.a. no período 2010-19.

Essa desaceleração é influenciada sobretudo por fatores demográficos (uma diminuição do crescimento da força de trabalho e envelhecimento da população) em paralelo com quedas na taxa de investimento e da produtividade total dos fatores de produção (inovação).

A China 3.0 será marcada não apenas por taxas menores de crescimento, mas também por uma reorientação política que traz memórias da primeira fase da história do Partido Comunista Chinês no poder (1949-78). Esse período (China 1.0) teve Mao Tsé-Tung como o seu líder incontestado e se caracterizou pela adoção de uma estratégia de desenvolvimento calcada em teses do Marxismo-Leninismo. A abertura econômica chinesa no período 1979-2012 (China 2.0), sob a liderança inicial de Deng Xiaoping, seguida pelos governos de Jiang Zemin e Hu Jintao, foi um período caracterizado por um crescimento econômico vertiginoso e uma estratégia econômica pragmática que se distanciou da ortodoxia comunista. Xi Jinping, no entanto, desde a sua ascensão ao poder em 2012, tem enfatizado uma agenda nacionalista, favorecendo intervencionismo estatal, redistribuição de renda e uma visão histórica influenciada por referências ao Marxismo-Leninismo.

É evidente que a continuidade dessa estratégia, ainda que possível dada à recente recondução de Xi Jinping a um terceiro mandato de cinco anos, irá depender de fatores domésticos (a estabilidade financeira no contexto de um endividamento crescente; o controle da pandemia em meio à flexibilização da política de Covid-Zero) e internacionais (em particular, o conflito comercial com os EUA). Além disso, as tensões econômicas e geopolíticas com os EUA continuarão a impactar a inserção da China na economia global e serão crescentemente influenciadas pela competição por superioridade tecnológica.

Os presidentes Xi e Biden se encontraram (14/11) na véspera do Summit do G20 em Bali. O diálogo foi caracterizado como construtivo. A realidade, porém, é que a administração Biden não apenas vem mantendo as tarifas impostas pela administração Trump contra produtos chineses, como também introduziu uma série de restrições às exportações de tecnologia americana para a China. O Departamento de Comércio dos EUA emitiu em outubro novos controles com respeito às exportações de chips semicondutores, equipamentos para a produção de semicondutores e supercomputadores.

As cadeias de produção de semicondutores têm grande complexidade. Pesquisa e desenvolvimento, manufatura e incorporação de semicondutores em equipamentos eletrônicos são alguns dos segmentos da indústria. Nenhuma empresa ou país domina todos esses segmentos. Os EUA, o Japão e a Holanda, por exemplo, dominam os segmentos à montante da indústria, exportando wafers de silício, produtos químicos e equipamentos de litografia. A Coreia do Sul e Taiwan atuam principalmente na produção de chips sofisticados, importando wafers e equipamentos para a operação de suas unidades produtivas (fabs).

A China opera principalmente à jusante da indústria incorporando semicondutores em equipamentos eletrônicos e na produção de chips mais simples, mas tem metas ambiciosas e almeja atingir 70% de autossuficiência na produção de semicondutores por volta de 2025.

As políticas de onshoring - a estratégia de aumentar significativamente o controle doméstico da cadeia produtiva - adotadas pela China e pelos EUA favorecem a resiliência do setor, mas têm custos em termos de eficiência. A China já reagiu aos novos controles de exportações impostos pelos EUA com a apresentação de uma disputa jurídica na OMC. Os EUA argumentam que essas medidas se baseiam em considerações de segurança nacional e, por conseguinte, a OMC não seria o foro adequado para essas discussões. Essa disputa tem implicações significativas não apenas para a relação bilateral, mas também para a relevância futura da OMC.

Essas tensões comerciais também interagem com tensões geopolíticas sobre a soberania de Taiwan, que é a fonte de cerca de 90% da produção global dos semicondutores mais sofisticados. Em síntese, a trajetória futura da China 3.0 será acidentada e as externalidades do atual confronto com os EUA têm implicações globais significativas.

Carlos A. Primo Braga é professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.